

# APRESENTAÇÃO

Ao publicar os resultados do ENEM 2010 a mídia induz o público a questionar sobre os responsáveis pelos baixos índices. Os professores que ocuparam pequeno espaço nos noticiários em função das grandes mobilizações que organizaram pela implantação do Piso Salarial Nacional, por melhores condições de trabalho e carreira, retornam agora às manchetes, não mais como sujeito coletivo, mas como alvo das ações de melhoria dos indicadores educacionais. Em setembro de 2007, frente aos resultados de processos de avaliação em larga escala como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica SAEB, o Professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação da UFRJ, afirmou, que os escores divulgados por avaliações dessa natureza escondiam o “verdadeiro genocídio intelectual em curso no país” (LIMA, 2007). Tal afirmação, bastante forte, nos desafia ao exame das políticas educacionais implementadas na última década.

O **Dossiê Políticas Educativas Contemporâneas** congrega elementos para uma reflexão que leva em consideração o fenômeno descrito por Leher, ainda que indiretamente, apresentando análises de algumas das políticas educacionais em curso. Os artigos de brasileiros e europeus, assim como a entrevista com Lucia Neves, demonstram como a política de educação articula diretrizes internacionais com demandas nacionais e locais. Como se perceberá na leitura do Dossiê, os propositores das políticas atuais parecem crer nas avaliações em larga escala, no controle do desempenho docente, no gerencialismo científico, no agrilhoamento da pesquisa acadêmica e na malversação dos recursos públicos como estratégias de manutenção da hegemonia burguesa, cuja contraface seria a inibição de perspectivas antagônicas. Professores e alunos, deslocados de seu pertencimento de classe, existiriam tão-somente para realizar os interesses dominantes. Tais interesses investem na desistência dos professores de sua atuação na contracorrente da hegemonia dominante para submeterem-se a esses mesmos desígnios.

Revela-se, pela produção publicada, a face do Estado educador e a extensão de seu raio de ação. Produzindo políticas das mais variadas e anunciando-as como atendimento às demandas sociais, o Estado brasileiro, particularmente no Governo Lula, exerceu seu poder educativo

exponencialmente. Uma rápida olhada sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação e seus “mais de 40 programas” (BRASIL, 2007, p. 15) permite verificar a amplitude de suas metas e o projeto de produção de consenso no âmbito educacional ali exposto. Todas as etapas e áreas da educação foram abordadas: da educação infantil ao ensino superior; do livro didático à formação profissional; do financiamento à formação docente; da avaliação a novos mecanismos de gestão.

De outro lado, o programa educativo do Estado brasileiro faz eco a projetos internacionais cujas determinações encontram-se no mesmo campo econômico e de poder, aquele que se refere aos interesses capitalistas e à presença de organismos multilaterais na formulação de políticas públicas regionais e nacionais. Certamente não se trata de tomar a política de educação nacional como dependente das diretrizes internacionais. Ao contrário, a posição do governo brasileiro é de colaboração e de parceria na elaboração e implementação de tais políticas. A mediação realizada tem em vista a apropriação adequada dessas diretrizes para que atendam da melhor maneira possível às demandas da divisão internacional do trabalho.

Os *slogans* que permeiam a política educacional em nível mundial precisam ser discutidos e contestados. Entre eles estão “sociedade da informação”, “*accountability*”, “performatividade”. Esse vocabulário veicula perspectivas que se pretendem universais e que objetivam obscurecer os interesses que a elas subjazem, assim como as consequências que geram para as classes subalternas, em particular. Os artigos deste Dossiê suscitam a reflexão sobre o papel dos intelectuais na produção e implementação das atuais políticas educacionais; é inegável sua colaboração para tanto seja na proposição de conceitos, seja na proposição de programas que ponham em andamento essas referências conceituais.

Acreditamos que o **Dossiê Políticas Educativas Contemporâneas** colabora nesta tarefa ao trazer para a avaliação do leitor análises críticas das políticas educacionais engendradas a partir dos anos de 1990 e seu recrudescimento nos anos 2000.

O primeiro artigo do Dossiê – **A política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo** – de Kátia Regina de Souza Lima, da Universidade Federal Fluminense, RJ, aborda a política de ensino superior a distância, entre 1995 e 2010, sua configuração neoliberal

e relação com orientações oriundas de organizações multilaterais e de escolas norte-americanas de administração de empresas. Tal política estrutura-se em torno de dois eixos, “atualização tecnológica” e “ampliação do acesso ao ensino”, cujas noções centrais são as de “globalização econômica” e “sociedade da informação”. Evidencia a massificação da formação docente e a mercantilização da educação expressa no crescimento das instituições e cursos que oferecem formação de nível superior à distância. A burguesia de serviços educacionais, local e internacional, ao adequar a educação à nova fase de acumulação do capital, é uma grande ganhadora nesse processo, conclui a autora.

Jenny Ozga, da Universidade de Oxford, Inglaterra, no texto **Knowledge transfer and transformation: moving knowledge from research to policy**, também discute o Ensino Superior no contexto escocês. Ozga aborda a Transferência de Conhecimento (TC) como iniciativa política que responde à necessidade de superar a distância entre resultados de pesquisa reduzidos em nichos disciplinares e as demandas de conhecimentos de diferentes usuários. Os governos orientados para economias baseadas em conhecimento estão preocupados em promover a coprodução de conhecimento como um recurso econômico e isso os impele a confiná-lo e administrá-lo como uma mercadoria transacionável e não como um bem público. Na perspectiva da autora, a TC deve se colocar contra os pressupostos da “economia do conhecimento” que a percebe como estratégia para aumentar a competitividade do sistema capitalista. Sua pesquisa evidencia que a TC é utilizada também como um recurso para *governar* apontando para uma nova relação entre governar e competência baseada em pesquisa em que a competência vai além da tarefa de *informar a política* e se torna *formadora de política*. Tendo esses elementos em vista, Ozga discute a TC de outra perspectiva, discutindo o potencial das universidades produzirem conhecimento não apenas para responder demandas, mas para iniciar mudanças sociais.

Eliza Bartolozzi Ferreira, da Universidade Federal do Espírito Santo, e Marília Fonseca, da Universidade de Brasília, em **O Planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais**, oferecem reflexões sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR), criado no Governo Lula (2003-2010). Destacam as diferentes posições sobre o PAR – dos educadores e dos tecnocratas –, bem como a presença de organizações multilaterais na

definição das políticas educacionais brasileiras. Nos anos 1990 com a reforma do Estado, emerge a administração gerencial que se expressa numa gestão pública supostamente mais técnica e nela, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), instituiu-se o planejamento sistêmico para a colaboração entre os entes federativos. As autoras problematizam o precário equilíbrio entre políticas locais e central, em especial no que diz respeito ao campo educacional após a década de 1990.

Discutindo também o período pós-1990, João Batista Zanardini, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, PR, no artigo **A ontologia do ato de avaliar**, problematiza a ideia de que a escola é anacrônica e ineficiente. Tal condição seria atestada pelos resultados educacionais obtidos em instrumentos nacionais e internacionais de avaliação. Decorreria daí que a escola não seria capaz de garantir ensino e aprendizagem de conteúdos, atitudes e habilidades, necessárias ao bom funcionamento da sociedade, de forma adequada. O autor realiza uma reflexão sobre os pressupostos ontológicos do processo de avaliação, denunciando o recrudescimento dos mecanismos de avaliação educacional em larga escala. Trata-se aqui do Estado avaliador que, por meio dessa política, tem em vista a consecução de um projeto social específico, capitalista, cujo modelo de homem deve responder às suas demandas.

No mesmo horizonte de Zanardini, qual seja, o da produção de um determinado sujeito histórico pelas políticas de controle, encontra-se o artigo de Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista, da Universidade Federal de Santa Catarina, SC, **Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores**. Avaliação e responsabilização pelos resultados educacionais constituem dois dos eixos das políticas de Organizações Multilaterais destinadas ao controle de professores e com a função de introduzir a lógica de gestão por resultados nas escolas. Essa lógica, presente no Brasil após os anos de 1990, vincula-se ao objetivo aparente de melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala. Entretanto, subjaz aí o propósito de implementação da ideologia gerencialista no governo da educação pública com consequências sobre a carreira, a isonomia salarial e a organização sindical. Concluem as autoras que o Estado, em um esforço de racionalização dos problemas econômicos, responsabilizam os professores pelo desempenho dos alunos, pela má qualidade da educação e sua inadequação às demandas do capitalismo em sua forma atual.

Trabalho docente é o tema do estudo de Maria Assunção Flores, da Universidade do Minho, Portugal, **Tendências e tensões no trabalho docente: reflexões a partir da voz dos professores**, que propõe uma reflexão baseada na perspectiva dos professores e na literatura acerca do tema. Ressalta dimensões e tendências importantes no trabalho docente, como a burocracia; a intensificação; o controle; a prestação de contas; a performatividade e o escrutínio público sobre as escolas e os professores. Sua análise indica algumas das consequências dessas tendências no “modo de estar e de viver a profissão docente”, em especial as referidas à permanência ou ao abandono do ensino e à dimensão afetiva e emocional da profissão.

Nicholas Davies, da Universidade Federal Fluminense, RJ, escreve sobre o Tribunal de Contas de Santa Catarina. Em seu artigo, **A frágil confiabilidade do Tribunal de Contas de Santa Catarina na fiscalização dos recursos da educação: governo estadual deixou de aplicar mais de R\$ 2,1 bilhões em educação de 1998 a 2008 mas TC aprovou as contas estaduais**, examina “procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas (TC) de Santa Catarina para a verificação da receita e despesa em educação”, pesquisando, para tanto, nos relatórios de contas estaduais de 1998 a 2008. Entre as conclusões a que chegou assinala o não cumprimento pelo TC de exigências constitucionais e legais e critérios oscilantes em relação às despesas. Para o autor, a atuação do TC, débil no que tange ao tema em questão, refere-se ao fato de, muitas vezes, fazer apenas ressalvas e recomendações em relação à prestação de contas, “quase sempre descumpridas pelo governo estadual”, pondo em questão a própria necessidade do TC.

Encerra o Dossiê **Políticas Educativas Contemporâneas** entrevista sobre **A nova pedagogia da hegemonia no Brasil** com Lúcia Maria Wanderley Neves, coordenadora do Coletivo de Estudos de Política Educacional, radicado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz, RJ. Em sua entrevista a Professora refere-se a seu livro, publicado em 1994, *Educação e política no Brasil de hoje*, no qual fazia um balanço da política educacional levantando algumas possibilidades para a década que se iniciava. Os cenários então elencados envolviam a discussão em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as primeiras eleições diretas para presidente da República. Indica que os processos de manutenção da hegemonia burguesa desencadeados nos anos de 1990 conduziram a um recuo político e à constituição do que denomina

de “nova pedagogia da hegemonia”, estratégia da burguesia brasileira para a conquista do consentimento. O “projeto neoliberal ‘requeitado e requintado’ da Terceira Via” desarticulou o projeto político das classes trabalhadoras e permitiu a proliferação de novos aparelhos privados de hegemonia, caso das ONG (organizações não governamentais). De seu ponto de vista, o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) desmontou o capitalismo desenvolvimentista, oferecendo as bases para as políticas neoliberais de Terceira Via impulsionadas no Governo Lula. Assinala ainda que a política de Lula acionou “um Estado mais próximo do povo”, seguindo diretriz do Banco Mundial desde 1997.

Fica claro, na entrevista de Lúcia Neves e nos demais textos do Dossiê, que os professores têm grande importância na política de educação. São estratégicos como produtores de hegemonia ou de contra hegemonia, razão pela qual as classes dominantes não os perdem de vista.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. *O Plano de Desenvolvimento da Educação – razões, princípios e programas*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

LIMA, Eduardo Sales de. Um “genocídio intelectual” nas escolas. *Redelivre*. 28 fevereiro, 2007. Disponível em: <<http://redelivre.wordpress.com/2007/02/28/um-genocidio-intelectual-nas-escolas/>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

Eneida Oto Shiroma  
Olinda Evangelista